

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO CARLOS
JEFFERSON RICARDO GONÇALVES
RICARDO VITORINO DA SILVA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA BREVE REVISÃO DA
LITERATURA**

São Carlos

2021

JEFFERSON RICARDO GONÇALVES
RICARDO VITORINO DA SILVA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA BREVE REVISÃO DA
LITERATURA**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Empresarial, pelo Curso de Tecnologia em Gestão Empresarial da Faculdade de Tecnologia de São Carlos do Centro Paula Souza.

Orientador: Prof. Me. Clóvis Santa Fé Jr.

São Carlos

2021

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA BREVE REVISÃO DA
LITERATURA**

JEFFERSON RICARDO GONÇALVES
RICARDO VITORINO DA SILVA ORIENTADOR:
PROF. ME. CLÓVIS SANTA FÉ JR.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve abordagem da literatura sobre o tema responsabilidade social empresarial. Como surgiu e alguns autores que difundiram o conceito de responsabilidade social empresarial, como o mesmo se desenvolveu ao longo do tempo e como está sendo abordado nos dias de hoje, de que maneira foi sua chegada ao Brasil e como o conceito se desenvolveu pelo nosso país. Ao fim do trabalho foi feita uma análise sobre como está se desenvolvendo atualmente o tema responsabilidade social empresarial.

Palavras chave: Responsabilidade Social Empresarial; Responsabilidade Social Empresarial no Brasil; Organizações Sociais.

Abstract: This work aims to briefly approach the literature on the topic of corporate social responsibility. How did it come about and some authors who spread the concept of corporate social responsibility, how it has developed over time and how it is being addressed today, how did it arrive in Brazil and how the concept developed in our country . At the end of the work, an analysis was carried out on how the topic of corporate social responsibility is currently being developed.

Keywords: Corporate Social Responsibility; Corporate Social Responsibility in Brazil; Social Organizations.

1- Introdução

O termo Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é bastante complexo e nos dias de hoje apresenta inúmeras ramificações, sua definição foi alvo de muitas discussões no decorrer dos anos e com isso a literatura acerca do assunto foi crescendo e evoluindo com o passar do tempo.

Durante muito tempo o tema foi dividido em duas vertentes distintas, de um lado a linha de pensamento que dizia que a única responsabilidade da organização era o compromisso com seus acionistas e a garantia com o lucro dos mesmos, e por outro lado aqueles que afirmavam que a responsabilidade da organização era com todos os agentes envolvidos pela organização.

Buscar a compreensão da definição de Responsabilidade Social Empresarial e uma análise da literatura no decorrer dos anos se tornam necessários para entendermos a evolução dos pensadores sobre o tema, e dessa forma auxiliar todas as pessoas interessadas a entenderem que RSE é muito mais que filantropia ou ações de marketing.

Não bastam apenas trabalhos superficiais e sim um envolvimento bem planejado de todas as áreas da organização, buscando atender tanto seu público interno como o externo, e também conseguir entender que devido à grande complexidade do tema ainda existe um vasto campo a ser explorado. Neste sentido, este artigo por intermédio de uma breve revisão da literatura sobre RSE visa dar uma contribuição para tornar esse tema ainda mais relevante entre estudantes de administração e gestores empresariais contemporâneos de nosso país.

2 - Métodos de pesquisa

Para realização do presente trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica utilizando o método de Revisão da Literatura, o mesmo consiste em um tipo de investigação focada em questão bem definida, buscando reunir materiais semelhantes de vários autores, ela é considerada uma pesquisa secundária, pois utiliza estudos primários para fazer a análise.

Para Gil (2002, p. 44), denomina-se pesquisa bibliográfica aquela que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Devido à complexidade do tema e a quantidade de literatura sobre o mesmo, escolhemos esse tipo de pesquisa com o objetivo de trazer uma análise sistematizada sobre o que os autores escreveram sobre RSE no decorrer dos anos e como seus escritos colaboraram para a evolução do assunto.

Como fontes principais de pesquisa foram utilizadas o Scientific Electronic Library Online e como filtro de pesquisa utilizou-se o termo Responsabilidade Social Empresarial, Revisão Sistemática da Literatura; foi utilizado também um artigo da Revista de Administração Geral do Curso de Administração da Universidade Federal do Amapá com o tema EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A INTRODUÇÃO AO CASO BRASILEIRO, tendo como fonte o Google acadêmico e como filtro de pesquisa o termo Responsabilidade Social Empresarial principais autores. Com a ocorrência da pandemia de Covid 19 e a consequente dificuldade de acesso a bibliotecas, foi dado prioridade a trabalhos publicados na forma de artigos científicos em bibliotecas virtuais.

Foram escolhidos trabalhos escritos no idioma português em que se priorizaram os autores brasileiros, tendo em vista que o objetivo principal é o de definir em que ponto da evolução da literatura eles estão e como abordam e

abordaram o tema no decorrer dos anos.

3 - Responsabilidade Social: alguns autores e definições

O tema RSE é bastante complexo e não há um consenso sobre como defini-lo de uma forma única e precisa, segundo Ursini e Bruno (2005, p.32) o Instituto Ethos define:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

As corporações que são socialmente responsáveis não ficam fazendo apenas trabalhos esporádicos, pelo contrário, buscam observar quais as principais necessidades das comunidades nas quais estão inseridas, tentando auxiliar na construção de uma equidade em diversas áreas, trazendo desenvolvimento responsável, cuidando das futuras gerações.

Para Holme e Watts (2000, p.8):

Responsabilidade social corporativa é um compromisso contínuo das empresas para agir de forma ética e contribuir para o desenvolvimento econômico enquanto melhora a qualidade de vida da sua força de trabalho e suas famílias, bem como da comunidade local e da sociedade como um todo.

Dito de outra forma, uma equipe motivada traz resultados expressivos à companhia, cuidar da saúde de seus colaboradores, por exemplo, não causará prejuízos com absenteísmo relacionado a tratamentos médicos, um salário justo trará desenvolvimento à comunidade, seja por meio de impostos arrecadados, como por meio da circulação financeira na mesma, provocando o desenvolvimento em todas as áreas de atuação econômica, fortalecendo serviços essenciais, e automaticamente melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.

Para Grajew (1999), a RSE trata não apenas da relação ética, como também da relação socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, políticas, e suas práticas, diante das suas relações, sejam elas com o seu público interno ou externo; algumas empresas tratam seu público interno muito bem, mas o externo não tão bem assim, ou seja, não adianta terem programas internos de desenvolvimento profissional, treinamentos excessivos, planos de assistência para seus colaboradores, e destruir o meio ambiente no qual estão instaladas, o que foi feito torna-se em vão. As empresas que buscam ser socialmente responsáveis devem ter o equilíbrio em todas as áreas, internamente melhorando o desenvolvimento de seus colaboradores, externamente buscando manter os direitos de todos os componentes da comunidade, preservando todos os recursos para execução de suas tarefas.

De acordo com Santos (2003), a responsabilidade social está associada à conciliação das esferas social, ambiental e econômica em busca da competitividade entre os concorrentes e visa também o crescimento das atividades da empresa e a comunidade. Neste sentido, um programa bem planejado dentro de uma organização econômica relacionado à responsabilidade social pode trazer vários benefícios, não só à comunidade, mas também à companhia, afinal o mesmo pode trazer um diferencial competitivo, aumentando a confiança de seus clientes e consumidores. O retorno também é sobre o nome da empresa, pois se agrega um valor intangível, ou seja, que não se pode

calcular, um nome forte traz confiança a seus pares, e junto uma infinidade de vantagens no âmbito econômico.

(PRINGLE e THOMPSON, 2000, p. 258):

Perante a crescente competitividade entre as empresas, a responsabilidade social surge como uma nova estratégia para aumentar o lucro e potencializar o desenvolvimento Sustentável, através de respostas que englobem tanto os aspectos econômicos como os Sociais e ambientais. A estratégia efetiva melhora a imagem corporativa, diferenciando Produtos e serviços, e aumentando tanto as vendas quanto a fidelidade.

3.1- Surgimento do conceito Responsabilidade Social Empresarial

Ao longo dos séculos surgiram muitas correntes ideológicas nos meios acadêmicos, religiosos e do Estado sobre uma “Responsabilidade Social”, mas não conseguiam demonstrar uma disposição no socorro dos desvalidos e um desenvolvimento igualitário das classes. No século XVI, no Reino Unido foi implementada uma lei que buscava resolver alguns problemas sociais da época, a chamada *Poor Law* (ou Lei dos Pobres), essa lei não tinha um caráter social, mas sim um caráter punitivo. No decorrer dos anos e das mudanças que foram ocorrendo na sociedade essa lei foi se modificando e dava subsídios restritos para o atendimento apenas para os impossibilitados de trabalhar e não atendia a todos os desvalidos da época. Ao longo dos séculos seguintes surgem outras tentativas de se criar planos para assistência e amparo dos menos favorecidos, mas sem encontrar uma motivação capaz de mobilizar as classes de forma hegemônica.

Durante o período da revolução industrial o mundo percebe um crescimento econômico extremo, porém de forma simultânea conhece também o surgimento dos primeiros questionamentos envolvendo as atividades industriais em seu ambiente interno, por exemplo, as relações com os empregados eram marcadas por longas jornadas de trabalho, a falta de segurança nas plantas industriais e a não preocupação com as condições dos trabalhadores e externamente devido à grande demanda de matéria prima. Foi durante esse período que surgem as primeiras reflexões sobre o tema RSE, aparecem os primeiros pensamentos acerca do compromisso das empresas em não apenas buscar o lucro, mas também o interesse daqueles que eram afetados pelo desenvolvimento das mesmas.

Nesse primeiro momento podemos destacar o empresário Robert Owen (1771–1858), bem-sucedido no ramo têxtil, conquistou grande parte de sua riqueza não somente pela experiência com questões técnicas, mas também pela eficácia no gerenciamento das demandas internas da empresa, introduziu o conceito de responsabilidade e eficiência, preocupando-se com questões sanitárias e de educação dos operários, repudiando o trabalho infantil (DIAS, 2012).

Durante o século XIX a discussão da necessidade de se realizar investimentos nessa área se deu de maneira individual por meio dos grandes empresários de forma paternalista, e em sua maioria por meio de filantropia, isto é, muitos dos grandes empresários americanos incentivaram a adoção da prática filantrópica e boa parte das grandes universidades americanas foram fundadas por meio de doações, entre elas Yale, Princeton, Harvard, Columbia, Cornell, entre outras (DIAS, 2012).

Do final do século XIX e início do século XX a idéia da legislação das empresas passou a ser a satisfação da necessidade de lucro dos seus acionistas, e essa maneira de pensar exerceu influência na produção teórica sobre o tema até o final dos anos 1970, tendo como principal referencia o economista Milton Friedman, autor de *Capitalism and Freedom* (Capitalismo e Liberdade) escrito em 1962 no qual discute questões da economia capitalista dentro da sociedade liberal e após esse período são incorporadas novas formas de visão sobre RSE, mudando assim a abordagem sobre o assunto.

Neste sentido, até a primeira metade do século XX a literatura sobre o tema estava muito associada à noção de responsabilidade social baseada na ética pessoal na condução dos negócios, o principal problema que precisa ser resolvido está em legitimar a decisão dos administradores em destinar recursos da empresa para investimentos sociais. Com a publicação do livro de Howard Bowen, em 1953 nos Estados Unidos, com o título “Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios”, vemos a primeira tentativa de teorizar a relação entre empresas e sociedade.

Bowen considerava as empresas como importantes centros de poder e influência e que os denominados “homens de negócio” têm que assumir posturas éticas, condizentes com os valores morais e expectativas da sociedade. Esses ideais antecipam o que seria tratado apenas em anos mais tarde, sendo, portanto considerado o precursor da teoria dos *stakeholders*, (CARROL e SHABANA

2010) “o livro de Bowen era visivelmente à frente de seu tempo, por pelo menos uma década, mas veio a moldar o pensamento significativamente futuro sobre o assunto”, e Archie B. Carrol (1999) descreve a obra como uma moderna discussão sobre RSE, ainda que inovador Bowen se refere ao “homem de negócios” como responsável por gerenciar a questão, assim como toda a literatura da década de 1950 sobre RSE, e somente nas décadas seguintes essa responsabilidade seria direcionada a corporação, mudando a forma de pensar, isto é, não era mais o indivíduo, mas sim a organização.

Na década de 1960 acontece uma mudança de foco em relação à RSE, o que era antes direcionado aos administradores, agora é levado às organizações, muito disso provocado por movimentos sociais que cobravam uma nova postura das empresas desde então envolvidas em questões ambientais, desemprego, discriminação racial e de gênero e sobre a qualidade de seus produtos (KREITLON, 2004), alguns desses acontecimentos foram essenciais para a mudança do discurso teórico da RSE.

A partir da década de 1970 surgem estudos que abrem o debate sobre o desempenho social das organizações e, segundo Carrol (1999), foi nesse período que se discute que as empresas deveriam criar mecanismos para identificar as demandas internas e externas. Também na década de 1970 acontece uma divisão dos autores da época em duas formas diferentes de pensamento, os que defendiam os interesses dos acionistas e os que defendiam que os interesses eram de todos os grupos afetados pelas organizações. Foi nessa década que o economista Milton Friedman publica um artigo intitulado “A Responsabilidade Social dos negócios é aumentar seus lucros” (*The Social Responsibility of Business is to Increase its profits*), no New York Times Magazine, no qual, em resumo, ele afirma que a única responsabilidade da organização era os lucros dos acionistas, e qualquer recurso que não fosse usado para esse fim seria condenável (BOGO e SERAFIM, 2010), para este autor as empresas são seres artificiais e dessa forma não possuem responsabilidades sociais, mas sim legais.

A partir da década de 1980, há uma mudança na sistemática de estudos sobre o tema, pesquisas e estudos de caso ganharam maiores proporções, isso para mostrar a eficácia da implantação e os resultados obtidos pela organização com a implantação da RSE como a conhecemos hoje. Carrol e Shabana (2010) apontam que a década de 1980 produziu menos definições e mais pesquisas

práticas, e o crescimento e popularidade de temas alternativos. Em 1984 há a publicação do livro “Gestão Estratégica: Uma abordagem das partes interessadas”, (Edward Freeman) surgindo aí um dos termos mais importantes da RSE, os *stakeholders*.

Barbieri e Cajazeira (2012) definem os *stakeholders* como pessoas ou grupos que têm, ou reivindicam, propriedade, direitos ou interesses em uma empresa e nas suas atividades presentes, passadas e futuras.

Com grandes mudanças na forma de produção, como por exemplo, a automação, abertura de filiais das empresas em outros países, entre outras mudanças, causando aumento significativo do desemprego e com isso aumentou também a discussão sobre a responsabilidade das empresas com o meio em que estão inseridas e não somente com lucros.

Nesse período a discussão de uma nova forma de RSE começa a ganhar força e, dessa maneira, a teoria clássica sobre o tema começa a ser contestada. Esta nova forma de se pensar sobre RSE fica conhecida na literatura como Teoria dos *Stakeholders* ou das Partes Interessadas, tendo como início os trabalhos de Edward Freeman na década de 1980.

A partir de 1990 observa-se uma diminuição na procura por definir o tema teoricamente, e um novo enfoque da questão surge que é o da empresa socialmente sustentável e, dessa forma a busca pelos objetivos da empresa nessa questão ficou mais clara, o saber lidar com o tema social e como usá-lo de forma a agregar valor à empresa, como integrar o marketing às ações sociais e gerar um retorno financeiro sustentável, tudo depende da estratégia a ser usada. Também nessa década é associada ao conceito de RSE a gestão de *stakeholders*, o que, com a identificação das partes interessadas, torna mais fácil a gestão estratégica dos envolvidos, isso possibilita a identificação e dá prioridade aos detentores de interesse, sendo essa uma excelente ferramenta da atuação social (LEE, 2008; SAVITZ; WEBER, 2007).

Com a chegada do novo milênio um tema, que já era discutido desde os primeiros autores, ganha ainda mais atenção, que é a Responsabilidade Ambiental, Carrol e Shabana (2010) descrevem que a questão da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passa a dividir espaço na literatura especializada juntamente com discussões sobre RSE.

4 - Responsabilidade social no Brasil

O tema de RSE é relativamente novo no cenário empresarial brasileiro e embora existam literatura e alguns artigos publicados em meados de 1967, este assunto precisa de maior atenção e precisa ser mais explorado, Passador (2002).

Com abertura do mercado para empresas multinacionais e a afirmação de grandes empresas nacionais, o interesse público brasileiro passou a dirigir atenção para as ações destas organizações no ambiente sócio-ambiental neste tema tem tido maior visibilidade e passou a ser tratado com mais cuidado pelos diretores das grandes corporações e também por empresas médias e

pequenas que vêem como uma oportunidade de integração entre empresa e comunidade o que traz resultados cada vez melhores.

Segundo Délano (1980 *apud* RODRIGUES, 2005, p.01), nos últimos 30 anos, a gestão social, aí incluída a vertente ambiental, vem se firmando no campo da Administração de Empresas. Cada vez é maior o número dos defensores de que a saúde das empresas não pode mais ser medida apenas por indicadores econômico-financeiros, mas tem também que incorporar indicadores sociais. A visibilidade social passou a ser um diferencial no mercado e uma obrigação por parte das empresas no Brasil e no mundo.

Segundo Costa (2005, p.17), também observamos uma atuação social dos empresários em relação ao operariado nos anos 80 ao século 21, a partir da construção de vilas operárias.

Essas vilas operárias eram construídas para os trabalhadores das indústrias com capital privado. Embora a motivação refira-se aos fortes interesses capitalistas e muito diferentes no que tange ao planejamento específico para a proteção de bem-estar moral e físico dos trabalhadores, as vilas operárias incorporam o valor do isolamento dos trabalhadores qualificados e semi qualificados, tendo em vista o ambiente urbano crescentemente caótico. Além de expressar um modelo industrial paternalista, buscava criar um ambiente de trabalho controlado, livre da “desordem” causada pelo que muitos empresários acreditavam serem “as deficiências morais” das classes trabalhadoras da cidade.

Atualmente no Brasil a RSE é um diferencial competitivo, visto que grandes empresas não querem seus nomes vinculados a parceiros com práticas que não valorizem seus colaboradores e a comunidade em que está inserida.

Um dos principais responsáveis pela divulgação do conceito de Responsabilidade Social, o Instituto Ethos, foi fundado em 1998 e possui hoje 1.140 organizações associadas, cujo faturamento somado representa cerca de 25% do PIB brasileiro. De acordo com seu fundador, a responsabilidade social empresarial hoje já se tornou critério para fundos de investimento e para a realização de transações comerciais de diversos tipos. Além disso, outro indicador do interesse empresarial por este tema é a busca crescente por certificações, tais como a SA 8000, norma que trata de questões, tais como mão-de-obra infantil, segurança e saúde do trabalhador, liberdade de associação, discriminação, remuneração e horas-extras.

Em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor - e divulgada em 2001 na Revista Administração, foi revelado que mais de 50% das empresas brasileiras realizam algum tipo de atuação social, com investimento prioritário em programas focados na infância e adolescência (47%). Outros temas sociais - minorias étnicas, portadores de vírus HIV, dependentes químicos, pessoas com deficiência ficam geralmente relegados ao apoio de uma pequena parcela do esforço empresarial. Também parece haver uma correlação entre tamanho da empresa e voluntariado - ou seja, as empresas maiores estão mais envolvidas e organizadas em relação ao trabalho voluntário, pelo menos segundo Rosa Maria Fischer e Adrés Pablo Falconer em "Voluntariado empresarial - estratégias de empresas no Brasil".

No Brasil atualmente temos várias empresas se destacando na RSE, o que tem angariado mais visibilidade para seus produtos, pois os clientes não querem comprar de empresas sem o compromisso com a comunidade em que estão envolvidas.

O tema vem ganhando uma proporção e se destacando no cenário nacional devido ao grande e cada dia mais crescente número de produção acadêmica sobre este assunto.

Fenômeno este acompanhado também da criação de vários institutos e entidades, dentre eles o Núcleo de Ação Social, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e do Instituto Ethos.

O que também fomenta e faz crescer a preocupação com o tema RSE são as premiações existentes no Brasil relacionadas à responsabilidade social empresarial, como o Selo Empresa Cidadã (Câmara municipal de São Paulo),

Selo Empresa amiga da Criança criada pela (Fundação Abrinq, originada na Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), Prêmio Balanço Social (Fides, Ibase, Instituto Ethos, Serasa, Bolsa de Valores de São Paulo), dentre outras premiações regionais e nacionais. Esses institutos e premiações criam no mercado uma rede de empresas preocupadas com a RSE no Brasil e as que integram esse seleto grupo têm destaque perante seus acionistas, parceiros, colaboradores, *stakeholders* e comunidade em geral, tornando isso um grande e poderoso diferencial competitivo, e com isso eleva o nível de RSE entre as empresas e clientes em geral.

Um fator preponderante para que as grandes corporações se preocupem e atuem na área de RSE é a imagem do seu negócio estar vinculado a uma instituição que não quer apenas visar o lucro, mas também está preocupada com a qualidade de vida de seus colaboradores e a comunidade que está inserida, e isto está intimamente ligado ao seu público alvo e seus clientes que se preocupam não apenas com o preço e a qualidade de seus produtos, mas também com toda a cadeia de produção, desde os fornecedores até o produto final propriamente dito.

Atualmente as organizações estão exigindo de seus fornecedores práticas mais responsáveis de produção visando cada vez mais se blindar de condutas que denigrem a imagem da sua organização. Um grande exemplo são as empresas de cosméticos não mais quererem sua imagem vinculadas a produtos que tenham seus testes realizados em animais, o que transmitiria a imagem de que a empresa é despreocupada com o meio ambiente. Assuntos como esse têm como sua principal base a RSE que vem cada dia mais mudando e evoluindo em nosso país.

4.1 – Discussão

No decorrer dos anos pode-se notar uma evolução na literatura acerca do tema, o que começou sendo tratado como atos de filantropia passa por um processo de mudança, indo da crença que Responsabilidade Social era apenas para a busca do lucro e chegando até a teoria dos *stakeholders* na década de 1950 em diante. Nas décadas seguintes a evolução é ainda maior, o que leva os autores a deixarem a questão individualizada do tema, ou seja, a temática dos chamados homens de negócios, para refletirem de uma forma mais complexa

sobre o tema, trazendo assim a discussão para a questão da responsabilidade da organização como um todo.

Essa evolução nos leva aos estudos de caso na década de 1980, em que começam a ser comprovados os resultados da implantação de políticas de RSE nas corporações, e com essa institucionalização das questões de RSE nos anos de 1990, as empresas começam a ter oportunidades de se instalar, de forma voluntária, indicadores de sustentabilidade e desta forma o conceito se consolida como abordagem de Gestão Estratégica nos anos 2000.

Alguns temas são trazidos à tona ampliando a discussão em torno do assunto, temas como a gestão socioambiental estratégica, o qual tem como propósito atingir objetivos e metas da empresa de forma sustentável, nesse sentido Paiva e Giesta (2019) afirmam que:

Hoje não entender as práticas socioambientais como uma vantagem competitiva e fundamental para a sobrevivência das empresas pode levá-las a não se adequarem a uma nova postura mundialmente preconizada, que relaciona a produção e consumo sustentável dos produtos e de proteção ao meio ambiente como um meio de se manter no mercado. Essa é uma visão disseminada em todos os lugares e as organizações devem se orientar por essa nova dinâmica, independentemente do país, da região, do setor econômico ou do tamanho da empresa

Outro tema que também chama a atenção é a gestão de recursos humanos, Mascarenhas e Barbosa (2019) afirmam que:

Ainda, é preciso refletir sobre até onde as organizações estão dispostas a ir ao sentido de fortalecer e reconhecer a GRH como arena privilegiada de debates que têm impactos sobre as ações organizacionais, sejam elas de natureza estratégica, instrumental ou funcional. O debate sobre a sustentabilidade, que transversaliza o ambiente organizacional, surge como oportunidade circunstancial que exacerba a relevância de se incluírem as pessoas como protagonistas. Isso, resguardando uma atuação ética da GRH, pela complexidade e controvérsia.

Os autores Proni e Proni (2018) falam da discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil, tratando do tema e mostrando que apesar de uma pequena evolução ter acontecido nos últimos anos ainda temos muito que avançar nesse sentido, tendo em vista que as mulheres, por exemplo, têm sofrido uma queda nos cargos de gestão e possuem uma diferença de salário se comparar o cargo ocupado por homens. Neste sentido, verifica-se ser essa uma

questão que precisa ser melhor equacionada pelo setor empresarial e a RSE em nosso país.

Andrade e Bizzo (2018), mostram uma comparação das normas, este estudo tem como objetivo o levantamento dos principais modelos normativos para gestão de RSE, e podemos destacar algumas normas e modelos de gestão que estão disponíveis e em vigor e são elas: Norma Social Accountability SA 8000, Norma ISO 26000, Modelo Sedex Members Ethical Trade Audit, Código de Conduta BSCI, Norma Assurance Standard AA 1000, Norma IQNET Social Responsibility Management Systems SR-10, e a norma ABNT NBR 16001. Todas proporcionam um auxílio para gerenciar as questões de RSE e com isso facilita para que as empresas possam atingir suas metas.

A evolução da literatura acerca de RSE é notória, mas ainda há um potencial muito grande de crescimento tendo em vista a complexidade do tema e todas as vertentes que o mesmo possui. Este é um assunto que não pode ser abordado de forma simplista, mas de maneira aprofundada e compreendendo toda sua evolução através do tempo e como a RSE pode influenciar não só as empresas brasileiras, mas o mundo de maneira positiva para as gerações futuras.

5 - Considerações Finais

No decorrer dos anos pudemos notar uma grande evolução da literatura sobre o tema RSE, e com isso as discussões sobre empresas socialmente responsáveis vêm crescendo cada vez mais.

No Brasil o tema ainda é de certa maneira novo e vem evoluindo com a implantação de empresas estrangeiras que já possui uma cultura organizacional voltada à Responsabilidade Social Empresarial, resultando dessa forma em influências positivas para as demais empresas nacionais.

O tema é complexo e exige ser tratado com muita seriedade, não ser estudado de maneira simplista, mas de maneira aprofundada, levando-se em consideração todos os assuntos a ele pertinentes tais como: Responsabilidade Ambiental, Responsabilidade Social com as questões de gênero, Responsabilidade Social com relação à discriminação racial, Responsabilidade Social com portadores de necessidades especiais, entre outros.

Infelizmente ainda vemos em nosso país algumas empresas que trabalham o tema de maneira superficial e algumas outras como simples formas de um Marketing, outras ainda persistem em agredir o meio ambiente e a comunidade na qual estão estabelecidas, um exemplo claro disso foram os dois acidentes ambientais ocorridos no Brasil, mais precisamente em Brumadinho e Mariana no Estado de Minas Gerais, acidentes esses que ceifaram centenas de vidas humanas trazendo uma destruição sem precedentes de flora e fauna da região e que acabou por resultar em um elevado custo para a sociedade como um todo e para o planeta, tais ocorrências poderiam ser evitadas se a implantação de uma Gestão Socioambiental fosse feita com responsabilidade.

Acreditamos, portanto, que ainda exista um grande campo de crescimento a ser explorado sobre esse tema tão importante e que nos próximos anos o ele ganhará ainda mais notoriedade no mundo e em nosso país, tendo em vista sua influência direta no futuro e bem-estar de todos os envolvidos nas organizações.

7- REFERÊNCIAS

ANDRADE, Valdelis Fernandes de; BIZZO, Waldir Antonio. Análise comparativa das normas de gestão de responsabilidade social e sua abrangência. **Gestão & Produção**, v. 25, n. 4, p. 807-825, 2018..

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOGO, Janice Mileni; SERAFIM, Mauricio Custódio. RSE: de Friedman à coprodução. **GV EXECUTIVO**, v. 9, n. 1, p. 26-29, 2010.

CARROL, A. B. "Corporate social Responsibility: evolution of a definitional construction". **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CARROLL, Archie B.; SHABANA, Kareem M. The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. **International journal of management reviews**, v. 12, n. 1, p. 85-105, 2010.

COSTA, Maria Alice Nunes. Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial. **Oficina do CES**, n. 230, p. 1-41, 2005.

DIAS, R. **Responsabilidade Social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. “Revisões Sistemáticas da Literatura: passos para sua elaboração”. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 183-184, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAJEW, O. “O que é responsabilidade social?” In: **Simpósio Nacional de Empresas e Responsabilidade Social**. Ribeirão Preto, novembro 1999. Disponível em <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/> Acesso em 20 de Março de 2021

HOLME, R. WATTS, P. “Corporate Social Responsibility: making good business sense”. **World Business Council for Sustainable Development Publication**. p. 8, 1 de janeiro de 2000.

KREITLON, Maria Priscilla. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. **Encontro anual da Anpad**, v. 28, 2004.

LEE, Min-Dong Paul. A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. **International journal of management reviews**, v. 10, n. 1, p. 53-73, 2008.

MASCARENHAS, A. O.; BARBOSA, A. C. Q. “Gestão de recursos humanos sustentável e responsabilidade socioambiental: uma agenda para debates”. **RAE**, São Paulo, v. 59, n. 5, 2019.

PAIVA, Francisco Cleiton da Silva; GIESTA, Lílian Caporlândia. Gestão socioambiental em micro e pequenas indústrias de Pau dos Ferros-RN. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, 2019.

PASSADOR, Cláudia Souza. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. In: **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal**. 2002. p. 8-11.

PRINGLE, H.; THOMPSON, M. **Marketing Social** – marketing para causas sociais e a construção da marca. São Paulo: Makron Books, 2000. 258p.

PRONI, Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt; PRONI, Marcelo Weishaupt. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 2018.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Avaliação da gestão social nas empresas: desafios e possibilidades. **Anais Eletrônicos do XXIX Encontro Anual da ANPAD**, 2005.

SANTOS, M. P. **Empresas, Meio Ambiente e Responsabilidade Social** – um olhar sobre o Rio de Janeiro. 2003. 59p. Monografia (Bacharelado). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SAVITZ, A. W.; WEBER, Karl. **A Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

URSINI, T. R.; BRUNO, G. O. "A gestão para a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável". **Revista da Fundação de Apoio a Tecnologia (FAT)**, p. 32, 2005. URSINI, Tarcila Reis; BRUNO, Giuliana Ortega. A gestão para a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. **Revista Fundação de Apoio à Tecnologia**, 2005.